



## A desinstitucionalização em saúde mental na atenção primária à saúde: uma revisão literária

Aline Megumi Arakawa Belaunde; Amanda Barbeta França

Universidade Federal de Santa Catarina

### Palavras-chave

Saúde mental;  
Atenção Primária à  
Saúde;  
Reforma Psiquiátrica;  
Desinstitucionalização;  
Atenção Psicossocial

### Keywords

Mental health;  
Primary Health Care;  
Psychiatric Reform;  
Deinstitutionalization;  
Psychosocial Care

**Resumo:** Objetivo: Identificar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, a relação da Atenção Primária à Saúde no processo de desinstitucionalização em saúde mental. Metodologia: Realizou-se uma revisão integrativa de literatura utilizando-se descritores "Atenção Primária à saúde/ Atenção Básica", "Saúde Mental", "Assistência à Saúde Mental" e "Desinstitucionalização". Foram encontrados 108 artigos dos quais foram incluídos cinco para compor a amostra final. Resultados: O idioma de toda a amostra é o português e os artigos foram publicados em um período que compreende entre 2012 a 2019. Todos os artigos tratam da metodologia qualitativa com predomínio do tipo exploratório, por meio de entrevistas semiestruturadas. Todos os estudos trabalham com um público alvo em comum, profissionais da Atenção Primária à Saúde. Conclusão: A Atenção Primária à Saúde possui papel ímpar no processo de desinstitucionalização em saúde mental, ao proporcionar ao usuário o direito ao tratamento em seu território, com integralidade e equidade. Ainda há lacunas a serem preenchidas quando se trata do empoderamento dos profissionais da Atenção Primária à Saúde, dado que o tema carece de atenção e ser mais explorado.

**Abstract:** Purpose: To identify, through an integrative literature review, the relationship between Primary Health Care in the deinstitutionalization mental health process. Methodology: An integrative literature review was conducted using keywords "Primary Health Care / Primary Care", "Mental Health", "Mental Health Care" and "Deinstitutionalization". A total of 108 articles were found, and five were included to compose the final sample. Results: The entire sample was written in Portuguese and the articles were published in a period ranging from 2012 to 2019. All articles used qualitative methodology, with a domain of exploratory research, using semi-structured interviews. All studies work with a common target public, Primary Health Care professionals. Conclusion: Primary Health Care has a unique role in the deinstitutionalization in mental health, providing users with the right to comprehensive and equitable treatment within their own territory. There are still gaps to be filled when it comes to Primary Health Care professionals empowerment, given that the topic lacks attention and is more explored.



## Introdução

As reformas psiquiátricas visavam, a nível mundial, o processo de desinstitucionalização e consolidação dos cuidados de saúde mental integral e de base territorial. A ênfase nesse cuidado é atribuída à Atenção Primária à Saúde (APS), que parte da premissa da resolutividade das demandas dos problemas de saúde como àquelas relacionadas à saúde mental, além de ter papel de prevenção e promoção à saúde como local preferencial de desenvolvimento (SAMPAIO; BISPO JUNIOR, 2021).

No Brasil o movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB) teve eclosão em conjunto com o movimento da reforma sanitária nos anos 70. Esses movimentos eram a favor de mudanças nos modelos de gestão, atenção e práticas à saúde, equidade na oferta dos serviços de saúde e a participação ativa dos profissionais e usuários na gestão e produção de inovações de cuidado. A RPB, teve uma história própria, inserida em um contexto internacional, lutando pelo fim da violência asilar e do modelo hospitalocêntrico, alternativas para o modelo manicomial em território, além de esforços de movimentos sociais que lutavam pelos direitos dos pacientes psiquiátricos (BRASIL, 2005; RESENDE; PROCÓPIO; SOARES, 2023).

A RPB alcançou grandes conquistas, dentre as quais, a drástica redução do número de leitos em hospitais psiquiátricos, assim como o fechamento de instituições que não possuíam estrutura que oferecesse atendimento humanizado aos pacientes. Tais aspectos fortaleceram-se diante da promulgação da Lei 10.216, conhecida como a lei da Reforma Psiquiátrica, que garante os direitos dos portadores de transtornos mentais (BRASIL, 2001; ALMEIDA, 2019).

Uma das premissas da RPB é a implantação de uma política de desinstitucionalização. Entende-se por desinstitucionalização o desfazer dos saberes e das práticas psiquiátricas, a desconstrução de uma realidade manicomial que propicia a violência, a discriminação e a segregação. Desse modo, o território se torna peça fundamental para o cuidado em saúde mental no âmbito da RPB, pois é uma massa viva de onde emana todas as interações sociais do indivíduo (RIBEIRO NETO; IGLESIAS, 2023). Baseado nesses conceitos foi criado o modelo atual rede por sua vez constituída por Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), pronto atendimentos, ambulatórios e Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), sendo o processo de reabilitação psicossocial orientado à inserção do usuário na rede de serviços, organizações e relações sociais da comunidade (LEÃO; BATISTA, 2020).

Apesar de todos os avanços, a Reforma não é totalmente exitosa, pois ainda existem muitas fragilidades no processo de implementação de políticas de saúde mental, como por exemplo o financiamento dos dispositivos de território, que por muitas vezes é insuficiente, a produção de informações de pouca qualidade desses serviços, as associações de usuários que têm pouco impacto e a difícil integração da saúde mental na APS (ALMEIDA, 2019).

O cuidado em saúde mental advindos das Reformas Sanitária e Psiquiátrica direciona as ações em prol da desconstrução de um modelo de atenção à saúde reducionista e busca a consolidação de um modelo de atenção mais integrado e dinâmico. O movimento sanitário, segundo Paim (2013), trouxe consigo a organização do Sistema Único de Saúde que descen-

traliza atribuições para União, Estados e municípios, o reconhecimento de que a saúde é direito de todos e dever do estado e a garantia da participação popular na criação e avaliação de políticas públicas em saúde, tornando a saúde democrática.

O surgimento do SUS fortaleceu a implementação da APS, considerada o primeiro nível de atenção à saúde da população por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF). É muito comum os profissionais de saúde atuantes na APS se depararem com usuários que têm algum tipo de sofrimento psíquico. A criação de relações próximas, comprometimento e confiança permite que o serviço seja reconhecido como uma referência nos cuidados em saúde pois os profissionais constroem vínculos mais fortalecidos com o indivíduo em sofrimento, por estarem próximos à sua realidade e contexto de vida (ZORZI et al., 2024).

Porém estudos apontam que os profissionais que se encontram na APS demonstram falta de conhecimento teórico para o manejo de situações relacionadas à saúde mental, carecendo de capacitações e se sentindo pouco instrumentalizados para compreender suas potencialidades para ofertar o cuidado frente à real dimensão de suas atribuições frente ao sofrimento mental do indivíduo (GAMA et al., 2021).

Diante o contexto apresentado, o presente estudo tem por objetivo identificar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, a relação da Atenção Primária à Saúde no processo de desinstitucionalização em saúde mental.

## Metodologia

O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa de literatura, que segundo Mendes (2008) possibilita o resumo de um determinado assunto, através de diversos estudos, apontando falhas do conhecimento que podem ser sanadas com novas pesquisas, além de dar suporte técnico para uma melhor prática clínica. A revisão integrativa, de acordo com o referido autor, será conduzida pelas seguintes etapas: identificação do tema e estabelecimento de hipótese ou pergunta norteadora, busca na literatura, categorização dos estudos, avaliação dos estudos que permaneceram aos critérios de exclusão, interpretação dos resultados e por fim, a apresentação da revisão.

Esse estudo busca responder a seguinte questão: Qual a relação entre a Atenção Primária à Saúde no processo de desinstitucionalização em saúde mental? Para tal, foram realizadas buscas nas bases de dado: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *SciVerse Scopus* (Scopus), *National Library of Medicine* (PubMed), *Base de dados em Enfermagem* (Bdenf), *Cumulative Index to Nursing and Allied Health Literature* (CINAHL), *Embase*, *Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde* (LILACS), e *Web of Science*. A coleta de dados foi realizada no mês de maio de 2021. Foram utilizados os descritores Medical Subject Headings (MeSH) e Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): "Atenção Primária à saúde/ Atenção Básica", "Saúde Mental", "Assistência à Saúde Mental" e "Desinstitucionalização", além de seus sinônimos. Os descritores foram combinados com os operadores booleanos AND e OR.

A equação de busca se apresentou da seguinte maneira para bases de dados em inglês: ("Mental Health"[Mesh] OR "Mental Health" OR "Mental Hygiene" OR "mental care" OR "mental help" OR "mental service" OR "mental services") AND ("Primary Health Care"[Mesh]

OR "Primary Health Care" OR "Primary Healthcare" OR "Primary Care" OR "basic health care" OR "basic care" OR "basic service") AND ("Deinstitutionalization"[Mesh] OR Deinstitutionalization OR Deinstitutionaliz\*)); e se apresentou da seguinte forma para base de dados em português, espanhol e inglês: (("Saúde Mental" OR "Higiene Mental" OR "cuidado mental" OR "cuidados mentais" OR "ajuda mental" OR "serviço mental" OR "serviços mentais" OR "Salud Mental" OR "ayuda mental" OR "servicio mental" OR "servicios mentales" OR "Mental Health" OR "Mental Hygiene" OR "mental care" OR "mental help" OR "mental service" OR "mental services") AND ("Atenção Primária à Saúde" OR "Atenção Básica" OR "Atenção Primária" OR "Atendimento Básico" OR "Atendimento Primário" OR "Cuidados de Saúde Primários" OR "Cuidado de Saúde Primário" OR "Cuidados Primários" OR "Cuidado Primário" OR "Cuidado de Saúde Básico" OR "Cuidados de Saúde Básicos" OR "Cuidado Básico" OR "Cuidados Básicos" OR "Atención Primaria de Salud" OR "Atención Primaria" OR "Atención Básica" OR "Cuidado de la Salud Primarios" OR "Cuidados Primarios" OR "servicios básicos de salud" OR "servicio básico" OR "servicios básicos" OR "cuidado básico de salud" OR "cuidados básicos de salud" OR "Primary Health Care" OR "Primary Healthcare" OR "Primary Care" OR "basic health care" OR "basic care" OR "basic service") AND (Desinstitucionalização OR Desinstitucionaliz\* OR Desinstitucionalización OR Deinstitutionalization OR Deinstitutionaliz\*)).

Os critérios de inclusão foram artigos que fossem encontrados na íntegra, nos idiomas em inglês, espanhol e português, contemplados entre os anos 2011 e 2021, sendo apresentando relação com os descritores. Foram excluídos artigos duplicados, teses, dissertações, artigos de revisão e cartas ao editor. O quadro 1 apresenta a quantidade de artigos encontrados em cada base de dados após utilizar os critérios de exclusão.

**Quadro 1** - Quantidade de publicações encontradas por banco de dados

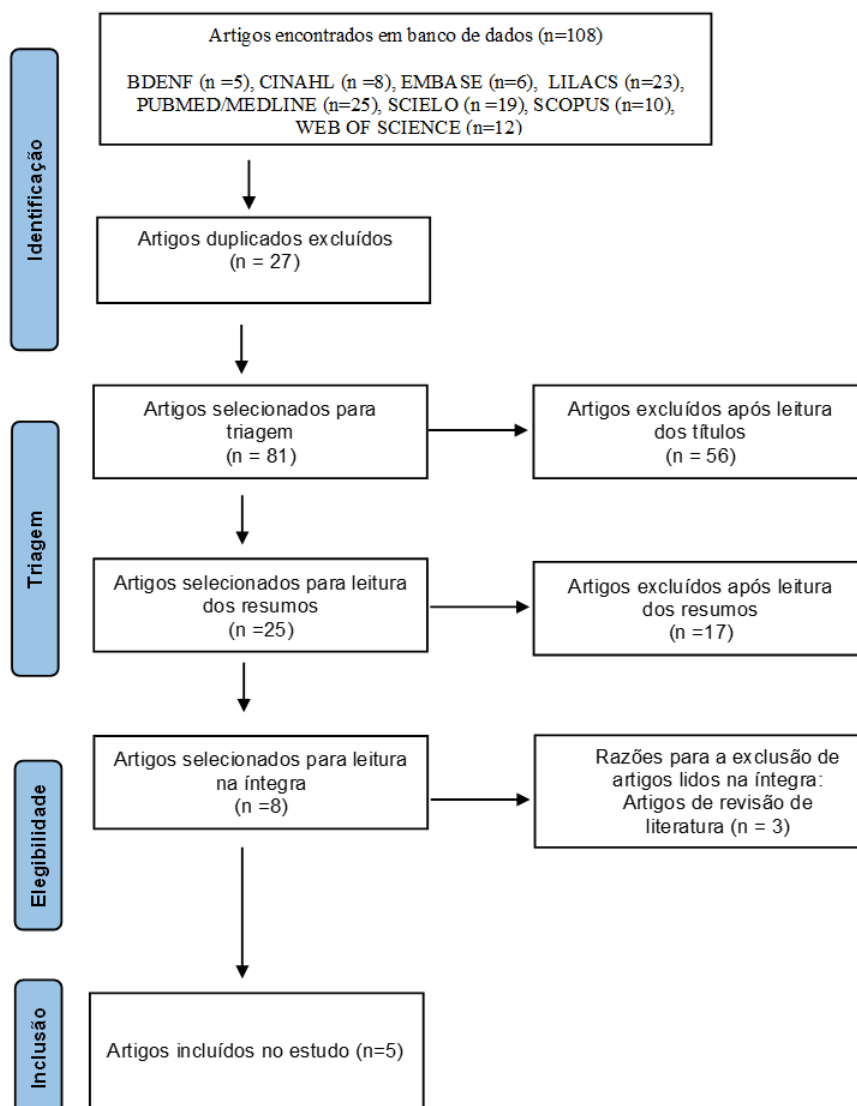
Base de dados	Quantidade de publicações encontradas (N=108)
BDENF	5
CINAHL	8
EMBASE	6
LILACS	23
PUBMED/MEDLINE	25
SCIELO	19
SCOPUS	10
WEB OF SCIENCE	12

Para organização dos materiais de acordo com as bases de dados foi utilizado o aplicativo gratuito Rayyan, desenvolvido por Ouzzani et al. (2016). Em sua interface o aplicativo traz uma amplitude de recursos, incluindo a criação de uma revisão, a navegação e exploração das citações, rotulagem de citações incluídas/excluídas, a identificação de citações duplicadas, entre outras filtragens.

## Resultados e discussão

A busca bibliográfica resultou em 108 artigos, sendo que a maior quantidade desses artigos foi encontrada na base de dados LILACS (N=23). Do total de artigos encontrados, 27 foram excluídos por duplicidade e 56 por não atenderem à questão norteadora da pesquisa. Foram selecionados 25 artigos após leitura dos títulos, e oito após leitura dos resumos. A amostra final é constituída por cinco artigos, conforme representado no organograma (Figura 1), utilizando-se do Prisma (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses), checklist composto por 27 itens e fluxograma de quatro etapas (GALVÃO, 2015). Para uma melhor visualização, os artigos foram organizados em um quadro com informações relacionadas à autoria e delineamento do estudo e desdobramentos (Quadro 2).

Figura 1. Fluxograma de artigos encontrados (PRISMA; 2020).



**Quadro 2.** Publicações que compuseram o presente estudo de acordo com autoria, ano da publicação, tipo de estudo, objetivo, método e principais resultados.

Autor/Ano	Título	Objetivo	Método	Principais Resultados
Minozzo <i>et al.</i> (2012)	Grupos de saúde mental na atenção primária à saúde	Analisar as práticas de cuidado desenvolvidas nos grupos de saúde mental ocorridos na APS e a sua correspondência com os processos de desinstitucionalização da loucura, inscritos na reforma psiquiátrica brasileira.	Pesquisa qualitativa, estruturada na modalidade da Pesquisa - Intervenção. A pesquisa utilizou diferentes métodos de investigação: intervenção nos grupos de saúde mental, entrevistas semiestruturadas e oficinas com os profissionais das equipes e registro em diário de campo.	Os grupos de saúde mental na atenção básica se tornaram dispositivo da RPB quando promovem rupturas nas formas de cuidado, trazendo de benefícios a ressocialização, o resgate da singularidade do indivíduo, a integração com o território, a corresponsabilização pelo tratamento. Foram apontados como dificuldades pelos profissionais da APS a falta de educação permanente, falta de matriciamento e falta de um projeto terapêutico singular que vá além de medicações e internações.
Silva <i>et al.</i> (2016)	Entre nós da rede de saúde mental: as práticas de agentes comunitários de saúde	Analisar as práticas de cuidado do ACS junto às pessoas com transtornos psíquicos na perspectiva da integralidade	Pesquisa com abordagem qualitativa e natureza exploratória realizada no ano de 2012 em uma ESF de um bairro periférico do município de Feira de Santana (BA) A coleta de dados foi realizada mediante aplicação de entrevista semiestruturada.	O ACS cria vínculos com a comunidade por fazer parte dela, reconhece as vulnerabilidades e potencialidades do seu território, se torna uma referência de confiança entre as pessoas e a unidade de saúde, consegue contato com o portador de transtorno mental e seus familiares, favorecendo a inserção desse indivíduo nos serviços oferecidos pela ESF, conseguem reconhecer quando é necessário ser acionado outros serviços, contribuem para as práticas de cuidado ao portador de transtorno mental. Apontado como dificuldade a falta de educação permanente.
Prata <i>et al.</i> (2017)	Saúde mental e atenção básica: território, violência e o desafio das abordagens psicossociais	Analisar as diretrizes da política, os impasses e os desafios para a inclusão e a implementação de ações de saúde mental e atenção psicossocial no contexto da ESF.	Pesquisa qualitativa e colaborativa realizadas entrevistas semiestruturadas com gestores do nível central, da área programática e das cinco unidades de saúde da família, que constituíram o campo da pesquisa e entrevistas em grupo com as equipes de trabalhadores das unidades de saúde da família, que constituíram o campo da pesquisa.	Aponta a violência e as vulnerabilidades como o principal fator de adoecimento em saúde mental e que dificultam as práticas de cuidado nas ESF. Grande demanda de uso nocivo de substâncias psicoativas. Pouca percepção das equipes sobre seu potencial e suas abordagens. Rede intersetorial precária, matriciamento centrado nos CAPS, falta de referência ambulatorial, falta de NSF, além de encaminhamentos para psicólogos e psiquiatras como únicas alternativas para cuidado em saúde mental
Vasconcelo <i>et al.</i> (2019)	Conhecimento de gestores e profissionais da rede de atenção psicossocial sobre matriciamento em saúde mental	Identificar o conhecimento dos gestores e profissionais de saúde de um município do sertão pernambucano sobre o apoio matricial em saúde mental.	Estudo descritivo, exploratório, de abordagem qualitativa. Foram incluídos no estudo gestores e profissionais de saúde de nível superior que atuavam nos pontos de atenção da RAPS de Arcoverde, PE, no período de outubro de 2017 a janeiro de 2018. Foi adotado um roteiro de entrevista semiestruturado.	Falta de conhecimento de todas as ferramentas do matriciamento por parte dos profissionais, despreparo acadêmico para a prática no SUS, dificuldades na instrumentalização da prática do matriciamento, falta de comprometimento da equipe.
Souza; Amarante; Abrahão, (2019)	Inclusão da saúde mental na atenção básica à saúde: estratégia de cuidado no território	Analisar as estratégias, desafios e possibilidades da articulação entre a saúde mental e a atenção básica à saúde a partir da perspectiva de gestores de saúde.	Pesquisa exploratória, transversal, de abordagem qualitativa. Foi utilizado um roteiro semiestruturado com perguntas disparadoras sobre o histórico da articulação entre a saúde mental e a atenção básica à saúde (ABS),	O acolhimento como ferramenta para criação de vínculo com o usuário e como ferramenta para a integralidade e a equidade, dificuldade de acesso aos usuários que não necessitam da atenção especializada em saúde mental, uso do território para atuação da saúde mental na atenção básica, ações de articulação de rede para as adoções de práticas em saúde mental.

Quanto ao ano de publicação da amostra, observa-se que um artigo foi publicado em 2012, dois artigos em 2017 e dois artigos em 2019. O idioma de toda a amostra é o português. Quanto à metodologia, todos os artigos são pesquisas qualitativas, com predomínio do tipo exploratório. Em todos eles foram aplicadas entrevistas semiestruturadas no público alvo. Todos os estudos trabalham com um público alvo em comum, profissionais da APS.

Os estudos foram feitos com profissionais de categorias variadas dentro da APS, e alguns estudos usaram como público alvo apenas os gestores dos serviços. Um dos estudos foi realizado apenas com Agentes Comunitários de Saúde (ACS), onde foi constatado que esses profissionais têm grande capacidade de capilaridade no território, além de conhecimento territorial, pois são residentes do local onde trabalham.

Todos os artigos mostram que os profissionais da APS encontram dificuldades no manejo de situações relacionadas à saúde mental, relatos de despreparo para essa atuação, necessidade de educação continuada por parte dos gestores, matriciamento e até mesmo currículo acadêmico deficitário.

A questão do matriciamento em saúde mental na APS é uma grande problemática, pois segundo os artigos, os profissionais poderiam fazer melhor aproveitamento dessa ferramenta, sendo a utilização parcial dificultosa para a melhoria do atendimento aos indivíduos portadores de transtorno mental na APS.

Apontou-se o uso nocivo de substâncias psicoativas uma grande demanda, porém sem suporte para tratamento na APS, e a violência urbana como uma das causas do adoecimento em saúde mental da população dos grandes centros urbanos, principalmente de locais periféricos, onde há muitas vulnerabilidades.

Os grupos com foco em saúde mental foram apontados como uma boa ferramenta para desinstitucionalização na atenção básica, quando bem conduzidos e com foco nesse objetivo.

O acolhimento foi mencionado em um dos artigos como uma das grandes potencialidades da APS, pois ajuda na criação e manutenção dos vínculos, identificação de demandas possibilitando um atendimento integral e com equidade.

Haja vista que os estudos abordados na presente revisão trouxeram a metodologia qualitativa em vigência, tem-se que esse tipo de pesquisa responde a questões da realidade que não podem ser quantificadas, trabalhando com um universo de significados, motivações, crenças, ações e relações humanas, um mundo que não é perceptível e captável em medidas, equações e estatísticas. Os pesquisadores que optam por essa abordagem não se preocupam em quantificar, mas sim em compreender as relações sociais, e para isso trabalham com as vivências a experiência, com o dia-a-dia e também com o entendimento que as estruturas institucionais são resultados de ação humana (MINAYO, 2014).

Outra característica marcante dos estudos é as dificuldades da atuação dos profissionais de saúde, marcada por vários fatores que interferem na qualidade da assistência como a sobrecarga, a desvalorização, a desmotivação, o relacionamento difícil com usuários e a infraestrutura precária (GONTIJO et al., 2020). Esses profissionais sentem-se frustrados por

não conseguir desenvolver todas as atividades que lhes são designadas, e, conseqüentemente, insatisfeitos por não conseguirem realizar um bom atendimento devido às limitações dos serviços, pois compromete as diretrizes do SUS, impossibilitando uma assistência integral à população (TREICHEL et al., 2024). Nesse sentido, a gestão do trabalho no SUS é um ponto importante para que o sistema seja efetivo, sendo um agente transformador, possibilitando a criação de vínculos que favorecem a cooperação e participação dos profissionais (GONTIJO, 2020).

No que tange aos profissionais contemplados na presente revisão, tem-se destaque o ACS. Esses são os profissionais que auxiliam na implementação do SUS e na organização dos sistemas de saúde locais (FARIA; PAIVA, 2020). Além das ações comunitárias, os ACS desenvolvem uma diversidade de atribuições, como o agendamento de consulta, organização de almoxarifado, trabalho na recepção, controle de materiais, serviço de limpeza, dentre outros, sinalizando um ponto nevrálgico em que esse profissional é um trabalhador genérico de função complexa e não claramente definida (MARINHO; BISPO JÚNIOR, 2020).

Os ACS são profissionais que contribuem de forma positiva para as políticas públicas e auxiliam na saúde e bem-estar social (SOUSA et al., 2020), conhecedores das realidades e das práticas de saúde do bairro onde residem e trabalham, sendo o elo da equipe de saúde com a comunidade assistida (FARIA; PAIVA, 2020). Os ACS têm grande importância na articulação das políticas de Saúde Mental na APS, pois eles realizam ações nesse âmbito no território e na vida das pessoas, ao serem demandados a atender o público com transtorno mental ou uso nocivo de substâncias, estabelecendo um cuidado territorial, visto que muitos territórios não possuem dispositivos como o CAPS e, capacitados, são atores potencialmente estratégicos para atuar na interface da saúde mental com a atenção primária à saúde (CAMPOS et al, 2020).

Os profissionais da APS se queixam de não ter aporte técnico para atender demandas psiquiátricas, ou reconhecer algumas situações, como efeitos adversos de medicações (GAMA et al., 2021). Tal aspecto vai ao encontro da necessidade de capacitação e educação continuada das equipes de APS, com foco em saúde mental, para que haja superação das práticas excludentes e centradas no modelo biomédico (CAMPOS et al, 2020).

Um estudo realizado com enfermeiros da APS mostra que a falta de conhecimento sobre o movimento da RPB somada à falta de educação continuada impacta significativamente na dificuldade no manejo dos usuários com transtorno mental, haja visto que a RPB desfez o modelo psiquiátrico tradicional e ocasionou uma crise de identidade nos profissionais que se viram perdidos ante às práticas psicossociais (NUNES et al., 2019).

Neste contexto o matriciamento em Saúde Mental é um processo essencial na APS para a efetivação da integralidade do cuidado, e como mencionado nos artigos encontrados, é uma ferramenta de grande importância, possibilita a construção de novas habilidades profissionais, ampliação de acesso às informações, desenvolvimento de estratégias de intervenção, corresponsabilização e fortalecimento do trabalho interdisciplinar (SANTOS; CUNHA; CERQUEIRA, 2020).

O matriciamento então é um recurso de construções de novas práticas de cuidado em Saúde Mental, ao contribuir para as mudanças no processo de trabalho, propor um espaço interdisciplinar e de corresponsabilização que amplia o foco de intervenção e diminui os encaminhamentos desnecessários aos CAPS, evitando a fragmentação da atenção e a medicalização (GAMA et al., 2021), qualificando o cuidado fornecido pela APS diminuindo os encaminhamentos para a atenção especializada, organizando processos de trabalho e parcerias, e fornece aos profissionais um espaço privilegiado de troca experiências para ampliar concepções sobre adoecimento e formas de cuidado (SILVA et al., 2016; FAGUNDES; CAMPOS; FORTES, 2021).

Ao se tratar da APS, pode-se verificar a dificuldade dos profissionais de se reconhecerem protagonistas no cuidado ao dependente químico, contribuindo para a sobrecarga de encaminhamentos desnecessários e inadequados para a atenção especializada como ambulatorios e CAPS AD, existindo a crença de que o cuidado às pessoas em uso nocivo de substâncias psicoativas deve ser restritas a esses espaços, equivocadamente, pois muitas vezes existem condições clínicas e psíquicas para atendimentos na APS (LIMA; ALVES, 2019).

O uso nocivo e dependência de substâncias psicoativas é um problema complexo que impacta fortemente na vida e saúde do indivíduo, assim como na vida de suas famílias e na da comunidade em que está inserido. Deve-se considerar uma confluência entre as propostas e ações da APS, no o arcabouço de políticas para inclusão social que são necessários para consolidação da cidadania (GULJOR et al., 2022)

Em conjunto com a crescente demanda do uso nocivo de substâncias psicoativas foi levantada, nos artigos, a questão do adoecimento devido à violência urbana em grandes centros urbanos. O sistema de saúde do Brasil está organizado para perceber o impacto da violência no perfil da morbimortalidade da população. A violência afeta de forma coletiva e individual, diminui a qualidade de vida da população, causa traumas, lesões, mortes, desafia os serviços de saúde a trabalhar de maneira interdisciplinar, intersetorial e com participação popular (SILVA et al., 2021).

A APS tem diversos pontos de potencialidades como a execução de práticas grupais, ferramentas de promoção à saúde ampliando o entendimento do indivíduo sobre seus problemas e favorecendo reflexões através da partilha de pensamentos e experiências com pessoas cuja problemática se assemelham (FAUSTINO, 2021). Além disso, pontuam-se o trabalhomultiprofissional, capaz de garantir a resolubilidade e integralidade na atenção à saúde, bem como o desenvolvimento de características como a cooperação, vínculos, crítica, reflexão, e desenvolvimento de uma comunidade mais saudável e sustentável (SÁ et al., 2021; SOUZA et al., 2019).

## Considerações finais

Esse estudo que objetivou identificar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, a relação da Atenção Primária à Saúde no processo de desinstitucionalização em saúde mental, alcançou sua finalidade uma vez que foi possível identificar pelos artigos encontrados que a APS possui um papel de grande importância no processo de desinstitu-

cionalização em saúde mental, pois proporciona ao usuário o direito ao tratamento em seu território, perto de sua casa, de seus familiares, perto de tudo que conhece e lhe traz afeto, com integralidade e equidade.

Verificou-se que há ainda algumas lacunas a serem preenchidas quando se trata do empoderamento dos profissionais da APS para que ocupem seus lugares enquanto geradores do cuidado integral em saúde mental. O tema da desinstitucionalização na atenção básica é pouco explorado sendo necessário mais estudos nessa área. Essa constatação pode ser feita pelo número de artigos finais que compunham a amostra.

## Referências

- ALMEIDA, J.M.C. Política de saúde mental no Brasil: o que está em jogo nas mudanças em curso. **Cadernos de Saúde Pública**, v.35, n.11, p.e00129519, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00129519>. Acesso em: 12 ago. 2021.
- BRASIL. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. 2005.
- BRASIL. **Lei no. 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União, 09 Abr 2001. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10216.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm). Acesso em: 12 ago. 2021.
- BRASIL. **Cadernos de Atenção Básica, n. 34**. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental. Brasília : Ministério da Saúde, 2013. 176.
- CAMPOS, D. B.; BEZERRA, I. C.; JORGE, M. S. B.. Produção do cuidado em saúde mental: práticas territoriais na rede psicossocial. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 1, p. e0023167, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00231>. Acesso em: 08 ago 2025.
- FAGUNDES, G.S.; CAMPOS, M.R.; FORTES, S.L.C.L. Matriciamento em Saúde Mental: análise do cuidado às pessoas em sofrimento psíquico na Atenção Básica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.26, n.6, p. 2311-2322, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021266.20032019>. Acesso em: 20 out 2021..
- FARIA, C.C.M.V.; PAIVA, C.H.A. O trabalho do agente comunitário de saúde e as diferenças sociais no território. **Trabalho, Educação e Saúde**, v.18, n.suppl 1, p. e0025183, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00251>. Acesso em: 16 out 2021.
- FAUSTINO, L.A.D. SUS e atenção primária: reflexões sobre a estratégia de saúde da família como importante ferramenta na articulação de ações Resolutivas para as comunidades. **Archives of Health**, v.2, n.3, p.607-645,2021. Disponível em: <https://ojs.latinamericanpublicacoes.com.br/ojs/index.php/ah/article/view/406/380>. Acesso em: 08 ago 2025.
- FERNANDES, A.D.S.A.; MATSUKURA, T.S.; LOURENÇO, M.S.G. Práticas de cuidado em saúde mental na Atenção Básica: identificando pesquisas no contexto brasileiro. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v.26, n.4, p.904-914, 2018. Disponível em:

- <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/MTbV9DVkbFzfJNQFXTtR4Xq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2021.
- GALVÃO, T.F.; PANSANI, T.S.A.; HARRAD, D. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v.24, n.2., p.335-342, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742015000200017>. Acesso em: 14 nov 2021.
- GAMA, C.A.P. et al. Os profissionais da Atenção Primária à Saúde diante das demandas de Saúde Mental: perspectivas e desafios. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]**. v. 25, e200438. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.200438> . Acesso em: 07 ago 2025.
- GONTIJO, M.D. et al. Atuação cotidiana no Sistema Único de Saúde em sua terceira década. **Escola Anna Nery**, v.24, n.4, p.e20190350, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2019-0350>. Acesso em 16 out. 2021.
- IGLESIAS, A.; ZACCHE, L. Matriciamento em saúde mental: práticas e concepções trazidas por equipes de referência, matriciadores e gestores. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.24, n.4, p.1247-1254, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018244.05362017>. Acesso em 20 out 2021.
- LEÃO, A.; BATISTA, A. M. Caminhos e impasses da desinstitucionalização na perspectiva dos trabalhadores em saúde mental da grande Vitória. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 3, p. e00271102, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00271> . Acesso em: 08 ago 2025.
- LIMA, T.L.; ALVES, E.S. Reflexões sobre o cuidado com as pessoas que fazem uso abusivo de drogas na atenção básica. **Revista Hum@nae**, v.13, n.2, 2019. Disponível em: <https://revistas.esuda.edu.br/index.php/humanae/article/view/668> . Acesso em 20 out. 2021.
- MARINHO, C.S.; BISPO, J.P. Supervisão de agentes comunitários de saúde na Estratégia Saúde da Família: entre controle, apoio e formação. **Physis**, v.30, p. e300328, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300328>. Acesso em 15 out 2021.
- MENDES, K.D.S.; SILVEIRA, R.C.C.P.; GALVÃO, C.M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**, v.17, n.4, p.758-764, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71411240017>. Acesso em 21 set 2021.
- MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14ª ed.** São Paulo: Hucitec; 2014.
- MINOZZO, F. et al. Grupos de saúde mental na atenção primária à saúde. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 24, n. 2, p. 323-340, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/4898>. Acesso em: 21 mai. 2021.
- NUNES, V.V. et al. Saúde mental na atenção básica: atuação do enfermeiro na rede de atenção psicossocial. **Revista Brasileira de Enfermagem**, 73, n. suppl 1, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0104>. Acesso em: 11 jun 2022.
- OUZZANI, M. et al. Rayyan—a web and mobile app for systematic reviews. **Systematic Reviews**, v.5, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s13643-016-0384-4>. Acesso em: 10 ago. 2021.

- PAIM, J.S. **Entrevista ao Saúde Popular sobre a Reforma Sanitária e o Sistema Único de Saúde**, em 25 set. 2013. Disponível em . Acesso em: 12 ago. 2021.
- PRATA et al. Saúde mental e atenção básica: território, violência e o desafio das abordagens psicossociais. **Trabalho, Educação e Saúde**, v.15, n.1, p.33-53, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00046>. Acesso em: 21 mai. 2021.
- RESENDE, T.M.; PROCÓPIO, N.L.A.; SOARES, T.C. A reforma psiquiátrica brasileira e as instituições hospitalares remanescentes: uma revisão integrativa. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, v.15, n.44, p.22-35, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/77104/54370>. Acesso em: 07 ago 2025.
- RIBEIRO NETO, P.M.; IGLESIAS, A. A desinstitucionalização da loucura na literatura científica brasileira. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, v.15, n.44, p.58-74, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/80528/54372> Acesso em: 07 ago 2025.
- SÁ, S.C.M. et al. Desafios e potencialidade da atuação da equipe multiprofissional na atenção primária em saúde. **Saúde Coletiva**, v.11, n.61, p. 4918-4923. Disponível em: <https://www.revistasaudecoletiva.com.br/index.php/saudecoletiva/article/view/1200/1442> Acesso em 08 ago 2025.
- SAMPAIO, M.L.; BISPO JÚNIOR, J.P. Entre o enclausuramento e a desinstitucionalização: a trajetória da saúde mental no Brasil. **Trabalho, educação e saúde**, v. 19, p. e00313145, jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00313>. Acesso em 07 ago 2025.
- SANTOS, A.M.; CUNHA, A.L.A.; CERQUEIRA, P. O matriciamento em saúde mental como dispositivo para a formação e gestão do cuidado em saúde. **Physis**, v.30, n.4, p. e300409, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300409>. Acesso em 2021 out 14.
- SILVA, M.A.C.; AGUIAR, M.G.G.; MOREIRA, T.D.S. Entre nós da rede de saúde mental: as práticas de agentes comunitários de saúde. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v.40, n.3., p.713-728, 2016 Disponível em:10.22278/2318-2660.2016.v40.n3.a2185. Acesso em: 21 mai. 2021.
- SILVA, M.M. et al. "No meio do fogo cruzado": reflexões sobre os impactos da violência armada na Atenção Primária em Saúde no município do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.26, n.6, p.2109-2118, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021266.00632021>. Acesso em: 10 jan 2022.
- SOUSA, M.F. et al. Potencialidades da Atenção Básica à Saúde na consolidação dos sistemas universais. **Saúde debate**, v.43, n.esp, p.82-93, 2020. Disponível em: <https://saudeemdebate.emnuvens.com.br/sed/article/view/3174>. Acesso em: 15 out. 2021.
- TREICHEL, C. A. S. et al. Satisfação e sobrecarga de trabalho em profissionais da saúde mental. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 22, p. e02579243, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs2579>. Acesso em 08 ago 2025.
- VASCONCELOS, M.S.; BARBOSA, V.F.B. Conhecimento de gestores e profissionais da rede de atenção psicossocial sobre matriciamento em saúde mental. **Ciência, Cuidado e Saúde**, v.18, n.4, p. e43922. Disponível em: 10.4025/cienccuidsaude.v18i4.43922 Acesso em: 21 mai. 2021.

ZORZI, V. N. et al. Promoção de Saúde Mental na atenção primária: o papel dos grupos de saúde na perspectiva de usuários e profissionais. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 28, p. e230447, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.230447>  
Acesso em: 07 ago 2025.